

Elementos para uma crítica da mediação moderna

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Índice

1	A emergência das “políticas da vida”	4
2	O poder dos media	7
3	Uma nova perspectiva crítica	11
4	Linguagem e teoria crítica	18

As relações entre o indivíduo e a sociedade foram alvo de uma mediatização generalizada no decurso da qual a construção de imaginários, a formulação de normas e a consolidação de visões do mundo dependem cada vez mais da presença de órgãos de comunicação social. O aceleração desta mediatização tem vindo a comportar consequências que se fazem sentir, nomeadamente, ao nível das relações entre público e privado. A principal preocupação desta tese é debruçar-se sobre a ênfatização da individualidade como fenómeno indutor do pluralismo normativo e da fragmentação cultural, analisando a sua relação com a vivência dos destinos colectivos no plano da esfera pública.

Os seres humanos agem em relação à realidade com base no significado que lhe atribuem e esse significado provém em primeira instância dos processos de interacção social e de mediação simbólica. Tais processos comportam uma dimensão cognitiva – sus-

tentam as representações sociais da realidade social e natural - e uma dimensão prescritiva - indicam os objectivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as colectividades devem comportar-se. Este ponto de vista significa a adesão a uma perspectiva que realça o papel da linguagem, a qual deixa de ser considerada como instrumento para se constituir em elemento estruturante das relações sociais. De acordo com esta visão, de certa forma, a mediação linguística desempenha um papel fundamental na constituição da experiência que temos do mundo.

A linguagem aparece, assim, associada ao viver em comum. É através da mediação, designadamente a mediação linguística, que se manifestam as expectativas recíprocas em que assentam as diversas interacções praticadas no mundo da vida. A consciência da importância crescente das mediações simbólicas significa a abertura de um campo de tensão no qual se não aceita a absoluta conformação do mundo num sentido unilateral mas, antes, se reconhece a teia de relações complexas entre a linguagem e o mundo da vida.¹ A linguagem é, no seio da cultura, um

¹ O conceito de mundo da vida surge primeiro na obra de Husserl como o mundo da evidência e da experiência quotidianas, por oposição ao mundo quantificado da ciência moderna. Cfr. v. “World” in *Encyclopedia of Phenomenology*, Dordrecht, Bos-

ton, London, Kluwer Academic Publishers, 1997, pp. 736-737. Husserl refere-se ao mundo da vida como “aquele que nos é verdadeiramente dado como perceptível, o mundo da experiência real ou possível”. Edmund Husserl, *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*, Paris, Gallimard, 1967, p. 57. Este mundo constitui-se como integrando um tipo de verdades situadas, “prático-quotidianas.” *Ibid.*, p. 150. Nós, nesse mundo, estamos “considerados na certeza da experiência, anteriormente a qualquer constatação científica, seja ela psicológica, sociológica ou outra” *Ibid.*, p. 119. Nesse sentido, o mundo da vida é-nos apresentado como o “mundo das evidências originais”, entendidas enquanto diversas da evidência objectiva lógica, relacionada ao ponto de vista teórico da ciência da natureza científico-positiva Cfr. *Ibid.*, pp. 145-146. Alfred Schutz compreendeu bem o alcance do problema husserliano: “Todas as ciências empíricas se referem ao mundo como dado; mas, elas próprias e os seus instrumentos, são elementos desse mundo.” Alfred Schutz, “Bases da fenomenologia” in Helmut Wagner, org., *Fenomenologia e relações sociais - textos escolhidos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 54. Numa deriva que nos interessa particularmente nesta tese, a Fenomenologia Social apropria de Husserl este conceito. “O mundo da vida é simplesmente toda a esfera das experiências quotidianas, direcções e acções através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objectos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos.” H. Wagner, “Introdução” in *Fenomenologia e relações sociais, op. cit.* p. 16. Assim, trata-se de “um mundo intersubjectivo comum a todos nós, no qual não temos um interesse teórico mas um interesse eminentemente prático.” A. Schutz, “O mundo da atitude natural” in *Fenomenologia e relações sociais, op. cit.*, p. 73. Este é o mundo “em que nos encontramos em cada momento da nossa vida, tomado exactamente como se apresenta a nós na nossa experiência quotidiana.” Aron Gurwitsch, “Introduction” in A. Schutz, *Collected papers*, Vol. III, Haya, Martinus Nijhoff, 1975, p. xi. Jürgen Habermas também irá transpor para a Teoria do Agir Comunicacional o conceito central de mundo da vida Cfr. Jürgen Habermas, “Explicitations du concept d’activité communicationnel”, in *La logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF, 1987, p. 425. Habermas

lugar de tensão entre a unidade e a pluralidade, entre o uno e o diverso, entre a reificação e a busca intercompreensiva de contextos comunicacionais marcados pelo interesse emancipatório. Lugar de resistência ou de fechamento, ou espaço onde ambas as possibilidades se cruzam dialecticamente, a linguagem, em geral, pode cristalizar-se num universo de sobreditos que interditam dizeres novos. No mundo da vida, a linguagem tem em si mesma a possibilidade de assumir a reflexividade actualizando a potência que em si contém de nomear o Outro como “segunda pessoa”, apelando ao exercício crítico da racionalidade e superando a dinâmica holística e anterior ao indivíduo, que também é constitutiva do mundo da vida. Como se existisse em si uma impossibilidade de total fechamento - que se confundiria afinal com um silêncio - a linguagem, apesar de tudo, interpela e interpela-se, mesmo quando, através de numerosos mecanismos, a pretendem silenciar quanto ao dizer de outro modo. Ao contrário de alguns para quem “a linguagem

entende que o mundo vivido desempenha a função da constituição de um contexto, concepção esta que implica que ele se apresente como um saber implícito, dotado de uma estrutura holística e indisponível à reflexão dos actores sociais, mas também como um reservatório de convicções, ou seja, enquanto recurso que exerce uma função constituinte para cada situação em que se realiza o processo de intercompreensão: “Graças ao mundo da vida os participantes da comunicação encontram uma interpretação concreta da relação entre os mundos objectivo, subjectivo e social. Logo que eles transpõem o horizonte de uma situação dada, não arriscam a por o pé no vazio; descobrem-se novamente num outro domínio de evidências culturais, actualizado no presente e previamente interpretado.” *Ibid.*, p. 433. Assim, o mundo da vida é uma espécie de “totalidade porosa”, que apenas em parte se subtrai à reflexão. Cfr. J. Habermas, *La pensée post-metaphysique*, Paris, Armand Colin, 1996, p. 24.

não está concebida para nela se acreditar, mas para obedecer e fazer obedecer”², a verdade é que os modos de exercício do poder que se configuram também no interior da linguagem não são todos idênticos sendo, por vezes, a potencialidade reflexiva da palavra que conduz de forma permanente à questionação do que se tinha por adquirido, deixando sempre em aberto o problema da legitimidade.³

Enquanto caso particular da mediação linguística, a linguagem dos *media* suscita perplexidades visíveis que se fazem sentir nas contradições que estalam entre o desejo de sintonia dos *media* de massa com as normas consensualmente aceites e a influência dos mesmos *media* na segmentação e na fragmentação cultural, designadamente as resultantes da composição, recomposição e formação de identidades sociais.

Em face dos processos de diferenciação e fragmentação cultural, no decorrer dos quais os *media* contribuíram, de modo decisivo, para a emergência e redescoberta das identidades, urge debater, ao longo deste trabalho, se nos encontramos perante potencialidades emancipatórias novas e decisivas ou, pelo contrário, perante esferículas que apenas pretendem desenvolver ao nível capilar a força dominante de um mercado que explode em miríades de segmentos.⁴ Para responder a esta dúvida, este trabalho deter-se-á sobre os seguintes pontos:

-um esforço crítico de compreensão da

² Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, Paris, Minuit, 1980, p. 125.

³ Cfr. J. Habermas, *Ciência e técnica como “ideologia”*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 69-70.

⁴ Todd Gitlin, *Twilight of common dreams: why America is wracked by culture wars*, New York, Metropolitan, 1995.

centralidade da mediação na própria formação das identidades;

-uma insistência particular naquelas perspectivas teóricas que defendem formas de mediação que não se traduzam no esquecimento do papel do sujeito, ou seja, na reificação⁵, expressando a defesa de espaços públicos que garantam o funcionamento de uma sociedade civil democrática;

-a insistência, mais uma vez, na compreensão dinâmica da ordem social com vista à defesa da multiplicação de espaços públicos que impeçam a petrificação rígida de elementos democráticos demasiado formais;

-a análise de alguns aspectos mais visíveis da forma como as identidades emergem na sociedade portuguesa, afirmando-se como um desafio que um pensamento que se reclama das Ciências da Comunicação não pode ignorar;

-a tentativa de compreensão do papel dos *media* na fragmentação cultural, tal como ele é hoje desempenhado, tentando, simultaneamente, desvendar alguns traços relativos à forma como será desempenhado no futuro.

Para responder a estes objectivos, prosseguir-se-á um percurso em que se procurará, em primeiro lugar, explicar a forma como a mediação se torna um elemento incontornável na formação das culturas, na socialização e na constituição das personalidades, no interior da qual a produção simbólica, nomeadamente a empreendida pela indústria cultural e mediática, tem um papel de importância crescente.

⁵ Sobre o conceito de reificação ver Joachim Israel, *L'Aliénation - de Marx à la sociologie contemporaine*, Paris, Anthropos, 1972, p. 37 e seguintes e, ainda, Frédéric Vandenberghe, *Une histoire critique de la sociologie allemande: aliénation et réification*, vol. I, Paris, La Découverte, 1997, p. 14 e pp. 29-40.

Seguidamente, explanam-se formas de pensamento que analisam a mediação em geral, designadamente a mediação cultural, mostrando, por um lado, aquelas abordagens teóricas (Adorno e Foucault) que concluem pela inevitabilidade de um devir reificante das relações sociais e, em alternativa, as abordagens teóricas que aprofundam possibilidades de democratização da vida social (Habermas, Honneth e Taylor entre outros), designadamente através do reavivar do conceito de sociedade civil. Analisa-se, posteriormente, o conceito de consenso, tentando precisar as exigências que devem ser colocadas à proposta formulada por Habermas no sentido de um consenso racional e argumentativo que procure fundar a vontade colectiva na participação de todos, em condições de igualdade. Procuram-se, deste modo, abordar as dificuldades que uma teoria democrática do consenso conhece, nomeadamente em sociedades cada vez mais fragmentadas onde as pretensões de validade emanam dos diversos particularismos emergentes. Procede-se, desta forma, à demonstração do aumento da diversidade como traço cada vez mais marcante das sociedades modernas, que se oferece como um desafio crescente para a igualdade e equidade de tratamento dos agentes sociais. Demonstrar-se-á, de seguida, que as análises que tendem a considerar a reificação como um devir inevitável das relações sociais são as mesmas que partilham de uma concepção apocalíptica da cultura, prognosticando aos *media* uma responsabilidade importante no estabelecimento da força coesiva que garante a integração social, independentemente da participação dos agentes sociais. A tese aqui desenvolvida tenta, pelo contrário, demonstrar que os *media* dispõem de uma

capacidade que pode despoletar dinâmicas sociais alternativas, as quais se podem constituir como susceptíveis de induzirem o aparecimento de novos movimentos sociais que configurem novos desenvolvimentos democráticos, tendentes a aprofundar o exercício da cidadania.

1 A emergência das “políticas da vida”

De acordo com a perspectiva que informa a investigação desenvolvida nesta tese, entende-se, de forma categórica, que a modulação das consciências individuais e colectivas é, cada vez mais, resultado de uma actividade que implica, decisivamente, a mediação simbólica exercida, de modo institucional e profissional, pelos meios de comunicação social

Diminuído o poder da Religião, da Família e da Escola e das formas de mediação que as acompanhavam, enquanto mecanismos que asseguravam a regularidade nas dinâmicas sociais, os *media* – incluindo nestes os meios de comunicação de massa e os novos *media* - exercem uma capacidade de controlo que não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista da sua presumível influência numa campanha eleitoral ou na vigilância democrática do poder político.

Os sistemas de relação social tornaram-se inseparáveis da formulação de um imaginário, pelo que a actividade dos *media* faz parte do cerne do seu funcionamento. A acção política, como toda a actividade social, é, de modo crescente, povoada de crenças, de convenções e símbolos.

De entre a actividade mediática em geral, o jornalismo escrito desempenhou um pa-

pel decisivo de estruturação do próprio espaço público e do consenso social: ora constituindo um dos suportes essenciais de dinamização da cidadania, ora contribuindo para a introdução de algumas das patologias que contribuíram para a racionalização da vida social no seu sentido mais reificador, ou seja, no sentido de uma deformação das estruturas comunicacionais da vida social com vista à sua pura subjugação às exigências funcionais do sistema.⁶

Sem o jornalismo, não se formaria opinião pública ou pelo menos esta teria uma configuração decerto diversa daquela que conhecemos. Porém, muitas das vezes graças a ele, e a dinâmicas que se geraram em seu redor, o mero consumismo de informação substituiu os mecanismos verdadeiramente públicos de formação da opinião. O jornalismo, como uma das formas mais antigas de indústria cultural – uma das primeiras onde, efectivamente, a administração submeteu, de forma planeada e sistemática, a cultura a padrões que lhe eram exteriores - surge, assim, como merecedor de uma forte interpelação crítica.

Neste trabalho, grande parte da resposta

⁶ Trata-se de um processo que não conhece um desenvolvimento linear: “Por maiores que possam ser as afinidades entre os *mass media* e os *media* funcionais de regulação (essencialmente, o dinheiro e o poder), os primeiros guardam uma especificidade própria, resultado do seu irredutível carácter simbólico e linguístico. Eles inscrevem-se em última instância, no universo sócio-cultural, obedecem às exigências da intercompreensão e, nesta medida, a sua lógica de funcionamento nunca pode ser estritamente (nem predominantemente) sistémica e funcional.” João Pissarra Esteves, “Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nºs 21-22, Comunicação e política, Lisboa, Cosmos, Dezembro de 1995, p. 90.

às perplexidades que semelhante interpelação crítica suscita passam pela compreensão do discurso mediático, no plano informativo. Esta tese interpela o jornalismo enquanto agente de controlo social, desafiado por uma dinâmica de fragmentação crescente, própria das actuais sociedades pluralistas.

Ao longo deste texto, tem-se presente a ideia segundo a qual a cultura é simultaneamente veículo de valores estruturados em torno de uma visão dominante e consensualmente aceite, e um espaço de tensões e fragmentação onde se luta pelas transformações de sentidos. São essas tensões de sentido contraditório que se julgam discernir, de forma similar, nos *media*. Procura-se, assim, saber qual o papel que lhes é imputável na construção e representação das regularidades sociais tendo-se em conta, simultaneamente, a sua dificuldade estrutural em manterem-se dentro dos caminhos estreitos de uma representação mais ou menos monolítica do mundo social, num momento caracterizado por um pluralismo social intenso, resultante da recente revalorização atribuída à emergência das identidades minoritárias.

Dentro deste contexto, toma-se como um elemento fundamental a emergência de reivindicações e de movimentos relacionados com as “políticas da vida”, sendo estas entendidas como um conjunto de preocupações emergentes na *polis*, que já não se debruçam apenas sobre o devir do espaço público colectivo mas que têm em conta a definição do lugar que cabe aos direitos respeitantes à realização individual e à escolha dos estilos de vida. Vistas desta forma, estas preocupações podem implicar uma nova concepção de “mundo da vida”, atenta aos fenómenos de dominação, de poder e de conflitualidade existentes em territórios diversos daqueles

que normalmente são confinados à chamada política tradicional. Mais ainda, concebe-se a possibilidade de se estar face a uma proliferação de mundos da vida, que implica o reconhecimento da diversidade de mecanismos de poder e regulação social - mas também de resistência - que se afirmam em cada um deles. Deste modo, é admissível aceitar a possibilidade de que esta proliferação de mundos da vida corresponda à erupção de nichos de cidadania, onde se oculta um potencial conflitual e normativo importante. Todavia, pode-se, ao invés, estar apenas perante a erupção de fenómenos hedonistas próprios de uma época dominada pela mercantilização do *self*, em que a acentuação da fruição e do prazer individual apenas diz respeito à descoberta de novos segmentos de mercado e em que a substituição da cultura puritana tradicional dá lugar a formas de imperativo narcísico, que, no limite, podem originar particularismos destrutivos, despertando formas de agressividade marcadas pela exclusão do Outro. A questão está pois em tentar descobrir até que ponto a emergência do *self* e das políticas que lhe estão associadas representam uma forma hábil de dominação assente na dessublimação repressiva e na gestão dos desejos individuais (Marcuse), na celebração do mesmo sobre o signo de uma diferença aparente (Adorno), na desresponsabilização da participação colectiva com o consequente declínio do espaço público (Sennet) ou, pelo contrário, se trata da emergência de políticas da vida susceptíveis de serem articuladas com preocupações emancipatórias, como suspeitam, de modos muito diversos, Habermas, Apel ou Ferry, e, em especial, Seyla Benhabib, Albrecht Wellmer, Michael Walzer, Honneth, Touraine e Giddens.

De acordo com este corpo de preocupa-

ções, que constitui o fundamento teórico deste debate, é lançada uma interpelação às dinâmicas sociais emergentes, reflectindo-se sobre as dificuldades sentidas em face de pretensões cada vez mais diversificadas e plurais, onde se incluem, entre outros, os desafios colocados pelas problemáticas étnica, feminina e, de um modo geral, a salvaguarda de novos direitos relacionados com a qualidade de vida, como sejam os de consumo e os direitos de ambiente. Procura-se, deste modo, demonstrar como essas pretensões, relacionadas com a emergência das políticas da vida, se afirmaram enquanto dificuldades adicionais para uma visão totalizante da sociedade, que se entendia, pelo menos nas formulações clássicas da teoria crítica, ser a visão típica veiculada pelos *media*. Poder-se-á, pois, constatar a presença de pretensões levantadas pela emergência de identidades, designadamente étnicas e sexuais, às quais se acrescentam reivindicações colocadas por novos movimentos sociais que reclamam por direitos que dizem mais respeito à qualidade de vida do que à agenda política tradicional.⁷ Nessa medida, parece frutuoso tomar como ponto de partida um olhar crítico sobre a hipostasiação do mercado, relacionada com a exploração de novos nichos, e a fragmentação cultural, resultante do exacerbamento de culturas particulares.

Procura-se, pois, discernir, na linguagem jornalística, de acordo com a importância atribuída aos *media*, a conformidade com o senso comum, com o saber partilhado por todos, tido por adquirido e socialmente aceite, fazendo-se um paralelo entre as atitudes iminentes à discursividade praticada pela profis-

⁷ Cfr. Anthony Giddens, *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta, 1997, p. 8; pp. 208-209.

são jornalística e a “atitude natural”, pragmática e realista, descrita por autores como Schutz ou Gurwitsch.⁸ É neste plano que nos parece mais evidente como o mundo da vida é, também, um lugar onde se multiplicam as formas de dominação adivinhadas por Schutz⁹, expostas por Foucault¹⁰ ou Bourdieu¹¹, pelo que o senso comum, do qual a linguagem jornalística, como veremos, ambiciona aproximar-se, toma a forma de conhecimento própria da transmissão das

⁸ Ver entre outros textos, A. Gurwitsch, “Introduction”, *op. cit.*, p.xi e xii; e A. Schutz, “Some structures of the life-world”, in *Collected papers*, vol. III, *op. cit.*, pp. 116-132.

⁹ Cfr. *Ibid.*

¹⁰ Ver nomeadamente Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, pp. 11-21; M. Foucault, *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1977, p. 21 e seguintes. Ao longo dessas páginas procede-se à análise do modo como um saber e determinados discursos científicos “se formam e entrelaçam com a prática do poder de punir”, propondo-se efectuar “a história da alma moderna em julgamento”, demonstrando, nomeadamente, como a inserção na prática judiciária de todo um saber científico resulta de uma transformação da “maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder”, *Ibid.*, p. 25, maneira esta que implica a emergência de “uma tecnologia política do corpo.” *Ibid.*, p. 28. Ver ainda, M. Foucault, *História da sexualidade, a vontade de saber*, Vol. I, Lisboa, Relógio d'Água, 1994, pp. 14-15 e pp. 21-53.

¹¹ Ver, nomeadamente, Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire*, Paris, Minuit, 1982, p. 14 e, ainda, P. Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989. Nesta obra parecem particularmente interessantes as referências ao poder simbólico enquanto poder invisível “que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” *Ibid.*, p. 8. Multiplicam-se, pois, as referências aos símbolos como “instrumentos por excelência de integração social” *Ibid.*, p. 10 e ao desempenho, por estes, de uma função política que consiste em “assegurar a integração fictícia da sociedade no seu conjunto.” *Ibid.* pp. 10-11.

normas e dos estereótipos socialmente aceites.

Tenta-se, assim, fazer a relação entre o estabelecimento de regularidades e o conformismo, procurando demonstrar como a linguagem jornalística, devido ao seu constante recurso à tipificação, aos estereótipos e aos enquadramentos pode comportar processos de reificação, pervertendo a representação das identidades sociais.

Investiga-se a relação dos *media* com o tratamento da diferença identitária, tal como se manifesta, contemporaneamente, no espaço público, tentando-se descortinar uma ambiguidade que resulta de dois planos de actuação contraditórios entre si: por um lado, os *media* tornariam possível a afirmação da diferença como uma possibilidade de diversidade que constitua um aprofundamento democrático das sociedades; por outro lado, seriam, frequentemente, eles que reduziriam a luta pelo reconhecimento dessas identidades a uma mera exploração de segmentos de mercado, multiplicados até ao infinito, através da intensificação consumista dos desejos individuais.

2 O poder dos media

Em face destas ambiguidades reconhece-se estar perante duas vias aparentemente contraditórias mas complementares. Por um lado, enfatiza-se o ressurgimento do poder do jornalismo¹² aceitando-se as contribuições teóricas mais recentes que apontam neste sentido - como sejam as hipóteses sobre a construção social da realidade

¹² Cfr. Nelson Traquina, “O paradigma do “agenda – setting”. Redescoberta do poder do jornalismo” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nºs 21-22, Comunicação e política, *op. cit.*, pp. 189-221.

baseadas na Fenomenologia Social de Alfred Schutz¹³ e dos seus continuadores, Berger e Luckmann[?] aplicadas aos *media* por Gay Tuchman¹⁴ e por Adoni e Mane¹⁵, além das reflexões sobre tematização pensadas no âmbito do funcionalismo sistémico por Niklas Luhmann¹⁶ e aplicadas por Noel - Neumann¹⁷ - as quais claramente retomam, no

¹³ Ver a propósito de A. Schutz, os seus ensaios, reunidos em três volumes: *Collected papers, The problem of social reality*. Volume I, The Hague, Martinus Nijoff, 1975; *Collected papers, Studies in social theory*, Volume II, The Hague, Martinus Nijoff, 1976; *Collected papers, Studies in phenomenological philosophy*, Volume III, The Hague, Martinus Nijoff, 1975.

¹⁴ Cfr. Gaye Tuchman, *Making news - a study in the construction of reality*, New York, Free Press, 1978, p. 14; p. 182; pp. 185-188.

¹⁵ Cfr. Hannah Adoni e Sherryl Mane, "Media and the social construction of reality - toward an integration of theory and research", in *Communication Research*, Vol. 11, nº 3, Beverly Hills, Sage, 1984, pp. 323-338.

¹⁶ Sobre o tratamento que Luhmann dá à questão da comunicação, ver Niklas Luhmann, *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega, 1992, em especial o texto "Complexidade societal e opinião pública". Neste texto, Luhmann propõe-se à reconstrução da opinião pública a partir de um princípio radical. Cfr. *Ibid.*, p. 67. Esta reconstrução passa pela referência do conceito ao sistema social da sociedade, não remetendo para o que as pessoas opinam, pensam, dirigem a sua atenção ou lembram Cfr. *Ibid.*, p. 69; implica que a sociedade seja vista como um sistema de comunicação autorreferencial independente do que ocorre nas mentes individuais Cfr. *Ibid.*, pp. 70-71. A noção de construção social da realidade vê deste modo reafirmada a sua independência, à parte de qualquer referência empírica concreta Cfr. *Ibid.*, p. 72. Ver também, N. Luhmann, *Stato di diritto e sistema sociale*, Napoli, Guida Editore, 1978, pp. 85 e seguintes.

¹⁷ Cfr. Elizabeth Noel-Neumann, *La espiral del silencio - opinión pública: nuestra piel social*, Barcelona, Paidós, 1995, pp. 199 e seguintes.

plano da investigação sobre os efeitos dos *media*, uma posição que supera a teoria dos efeitos limitados.¹⁸

Por outro lado, procede-se com Ferry¹⁹, Kellner²⁰ e Strydom²¹, entre outros, a uma recepção das diversas tentativas de elaboração de uma teoria crítica dos *media* - nomeadamente na sua componente informativa e jornalística - que redescubra a necessidade de uma ideia de público²² atenta às tensões plurais que emergem no seio da vida social e que implicam um novo entendimento, mais dinâmico, da ideia de recepção.

Neste sentido, tentar-se-á demonstrar que o reconhecimento do poder do jornalismo não implica o entendimento da audiência como se fosse composta por "figuras de plasticina". Com efeito, defende-se que as possibilidades reificadoras de uma linguagem tendencialmente niveladora e homogeneizante podem ser desafiadas com o recurso a políticas que impeçam a redução da luta simbólica à transmissão de informação e que impliquem, por isso, um acréscimo de participação por parte de públicos de cidadãos.

¹⁸ Cfr. Enric Saperas, *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA, 1993, p. 20.

¹⁹ Cfr. Jean-Marc Férry, "Quelle théorie critique des média aujourd'hui" in Guy Harscher e Boris Libois (Eds.), *Les media entre Droit et pouvoir - redéfinir la liberté de la presse*, Bruxelles, Ed. Univ. de Bruxelles, 1995, pp. 56-57.

²⁰ Ver por exemplo, Steven Best e Douglas Kellner, "Watching television: limitations of post-modernism" in *Science as Culture*, nº4, London, 1988, p. 48, pp. 67 e seguintes.

²¹ Cfr. Piet Strydom, "Triple contingency, the theoretical problem of the public in communication societies", in *Philosophy and Social Criticism*, Vol. 25, nº 2, London, Thousand Oaks and New Delhi, Sage, 1999, p. 17.

²² Cfr. J.-M. Férry, "Quelle théorie critique des média aujourd'hui", *op. cit.*, pp. 54-58.

Este trabalho pretende interpelar a forma como a narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afectam toda a actividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo, nomeadamente acompanhando o processo de reformulação das identidades sociais e colectivas.

A análise da erupção de identidades plúrais - um movimento lento que, desde o 25 de Abril se consolidou em Portugal - será particularmente significativa da forma como o jornalismo se confronta com as suas várias possibilidades de representação do universo político. Assim, a título de exemplo, investigar-se-á a maneira como se articularam nesse espaço social simbólico os diversos discursos conflituais. Aí, verificar-se-á que as mais diversas orientações sociais que emergem à margem do que é socialmente consensual são muitas vezes objecto de um tratamento que oscila entre o irónico e o fascínio pelo bizarro, sendo por isso, remetidos pelos *media* para o domínio vasto do “fait divers” ou das histórias de interesse humano, as quais, quando tocadas pelo excesso, descaem facilmente no sensacionalismo. Ora, o sensacionalismo, apesar do seu ar aparentemente transgressor, é, apesar de tudo, uma forma de denunciar a transgressão, desempenhando, por isso, um papel socialmente conservador. Nesse sentido, até alguns dos melhores jornais portugueses continuam a inserir reportagens que dizem respeito à identidade sexual no mesmo caderno onde se referem assuntos tão diversos como as tendências da moda, as pequenas maledicências en-

tre políticos ou as desventuras da família real britânica.²³

Veremos, assim, como a linguagem jornalística comporta contradições que se cruzam com a própria noção de objectividade. Tentando, por um lado proceder a um discurso factual e adoptando, por outro, o pensamento, a linguagem e o conhecimento do “homem comum”, o estilo jornalístico estrutura a realidade utilizando enunciados, qualificações e silêncios que procuram tipificar a realidade, escondendo o facto de que esses enunciados e qualificações não são neutros mas traduzem lutas simbólicas que têm lugar nos domínios político e social.

Sob o ponto de vista metodológico, afirma-se, desde já, que este trabalho se inclui numa certa visão das ciências sociais que repudia uma concepção cientificista marcada pelo objectivismo estreito e pelo desejo de aplicar os métodos das ciências naturais à vida social.²⁴ O processo de superação do sujeito solitário, verdadeiro nó gor-

²³ Verifica-se deste modo um fenómeno semelhante ao que ocorreu nos grandes jornais americanos quando o movimento feminista apareceu: as notícias que lhe diziam respeito eram sistematicamente publicadas nas secções femininas. Cfr. G. Tuchman, *Making news*, *op. cit.*, pp. 145-146.

²⁴ Cfr. F. Vandenberghe, *Une histoire critique de la sociologie allemande*, *op. cit.*, Vol. I, p. 46. A crítica metodológica do naturalismo está ligada à que- rela que opôs no século XIX os partidários do método explicativo das ciências naturais (*Eklären*) aos do método interpretativo das ciências humanas (*Verstehen*). Na sua origem, as Ciências Sociais foram construídas tendo por referência o modelo das Ciências Naturais. Contra esta posição, Dilthey defendeu a ideia segundo a qual a fundação das Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*) implicava a utilização do método compreensivo, ou seja, a reactivação da actividade subjectiva objectivada na realidade socio-histórica.

dio de toda a epistemologia tradicional, não tem sido simples. O cientista social olhou durante muito tempo para o universo dos padrões culturais, sob o ponto de vista do investigador solitário, que contempla com objectividade ideal a comunidade que constitui o seu campo de estudo, e rejeita os desvios como se fossem aberrações impossíveis de serem objecto de um tratamento científico.

Nesse sentido, o ponto de vista assumido por esta tese torna-se claro quando nos confrontamos com os grandes dilemas fundadores da sociologia. De um lado tem-se uma posição subscrita por Durkheim, numa linha que remonta a Comte, a qual pretende explicar e descrever como é que os indivíduos estão associados independentemente das suas concepções e necessidades e, do outro, encontramos uma outra posição assumida por Weber, Simmel e mais tarde, aprofundada, no plano das Ciências Sociais, pela Hermenêutica, Interaccionismo Simbólico e Fenomenologia Social, segundo a qual é preciso perceber a intersubjectividade, os significados mutuamente atribuídos às diferentes acções dos indivíduos para que possamos compreender as dinâmicas sociais e políticas das comunidades. Este último caminho enfatiza a noção de *verstehen*, graças à qual procuramos compreender o significado atribuído pelo outro às suas acções, em detrimento do *ecklaren* que procura estabelecer leis regulares que, à semelhança das ciências exactas, expliquem os fenómenos humanos.

A linguagem utilizada nas Ciências Sociais está longe de poder ser pensada como inocente, embora esta expressão não deva ser entendida como uma espécie de condenação de algo que devia ser de outro modo. A linguagem utilizada nos processos científicos só se torna ideologia quando se recusa a ser

reflexiva. Dito de outro modo, quando se recusa a ver-se a si própria como resultante de uma relação que se não pode considerar desenraizada do próprio mundo da vida. Nesse sentido, recusa-se neste trabalho uma espécie de endeusamento da objectividade, mas que não implica a demissão do rigor científico. Ao debruçarmo-nos sobre enunciados para buscar a sua intencionalidade e sobre campos semânticos que remetem para valores ideológicos sabe-se que se fala do interior de uma determinada cultura e de um conjunto de referências políticas e sociais próprias da tradição cultural em que nos inserimos. Porém, sabe-se que, apesar de o processo de atribuição de sentido implicar uma comunhão de saberes, isso não implica que não seja possível o estudo desses enunciados como fenómenos científicos.

Tentar-se-á, através de alguns exemplos concretos retirados da revista “Pública”, perceber como as questões relacionadas com o poder, a identidade e a estrutura social se deixam transparecer nas mensagens jornalísticas estudadas. Procurar-se-á identificar as convenções narrativas que conferem aos enunciados jornalísticos o seu papel na organização do conhecimento, tentando demonstrar que há, no interior dos *media*, uma ordem que institucionaliza a linguagem, conferindo-lhe um certo espaço, uma certa forma, uma determinada configuração que é a ordem pela qual se atribui um significado e uma ordenação ao universo caótico da experiência. A linguagem dos *media*, em muitos casos, tem o seu ponto de partida no senso comum, conformada pela medida padrão da estabilidade social, consagrada nos livros de estilo que recomendam, muitas vezes, a sintonia com a atitude natural, comum aos cidadãos médios. Esta ordem, porém, não é cons-

truída de fora das pessoas, numa estrutura dominadora que desconhece o papel das interações sociais. A linguagem dos *media*, nomeadamente a linguagem praticada pelos géneros jornalísticos, só pode ser compreendido se estivermos, também, atentos à relação íntima que ele desenvolve com as interações sociais aonde se reproduzem os mecanismos de poder e de dominação, as regras que pautam a ordem e o conflito.

3 Uma nova perspectiva crítica

Sob o ponto de vista da formulação teórica, a abordagem que aqui se propõe não se reduz a mais uma variação sobre a teoria dos efeitos, de que os paradigmas da agulha hipodérmica, do *gatekeeper*, do *news making* ou do *agenda setting* constituem exemplos conhecidos. A análise que se efectuará ao longo desta tese deve surgir integrada num modelo teórico mais vasto. Procurou-se, assim, ir mais longe e explicitar os fundamentos sociológicos e filosóficos de uma análise deste teor. É nossa intenção efectuar os seguintes percursos:

i) recorre-se à Teoria Crítica, à Fenomenologia Social, ao Interaccionismo Simbólico e à Hermenêutica no que respeita ao travejamento teórico que permita sustentar a reflexão a propósito das relações entre a linguagem dos *media* e a compreensão intersubjectiva das realidades social e política.

A Teoria Crítica, em especial, na primeira fase identificada com a Escola de Frankfurt, instaura uma pesquisa inovadora sobre a relação entre cultura, comunicação e o desenvolvimento concreto da modernidade, tendo-se mesmo esboçado, em Adorno e Horkheimer, Marcuse e Benjamin, uma teoria da linguagem, especialmente da que é praticada

na indústria cultural, que a relaciona directamente com a questão da racionalidade.

Todavia, as aporias desta escola, enraizadas numa filosofia da história que, nalgumas das suas formulações, implicou um impasse pessimista centrado numa concepção unilateral do devir da Razão, deram origem a sucessivas reflexões teóricas no sentido de se conseguir a superação dos seus contornos demasiado rígidos e totalizantes. Um destes percursos passa pela tentativa da ultrapassagem da visão unilateral da racionalidade, através do diálogo com a hermenêutica, e supõe a consideração das interações sociais que se desenvolvem no mundo da vida, apelando a uma atenção muito especial à Fenomenologia Social, à tradição pragmatista e ao Interaccionismo Simbólico. O que se pretende é uma análise que tenha em conta as interações sociais, os processos de socialização e os mecanismos de coordenação das interações bem como o papel específico da linguagem, nomeadamente da linguagem dos *media*, na constituição da sociabilidade, na perspectiva normativa de defesa de uma sociedade civil aonde o sujeito não seja reduzido a um mero efeito de poder. Assim, interpela-se o próprio sentido das interações sociais, e das formas de mediação que se exercem a fim de manter a regularidade e a estabilidade sociais, em face dos processos de diferenciação e fragmentação. Tenta-se compreender como essas formas de mediação se repercutem na emergência de espaços públicos que se não reduzam à mera agregação das preferências dadas, originando, pelo contrário, um processo racional de formação de opinião no qual os cidadãos participem activamente na definição de interesses gerais. Recorreu-se ao pensamento que, hoje, tenta estabelecer uma conceptualização teó-

rica no plano da Política que corresponda aos novos desafios que se colocam às sociedades democráticas (Wellmer, Honneth, Benhabib, Walzer, Habermas) designadamente no papel da luta pelo reconhecimento. Por outro lado, procurou-se analisar qual o papel desempenhado pela linguagem na constituição da intersubjectividade, recorrendo-se à Hermenêutica, e mais uma vez, a Mead, Schutz e Habermas, na perspectiva de identificação das suas próprias potencialidades críticas e reflexivas. Finalmente, procurou-se estudar o papel da comunicação e da linguagem praticada pelos *media* no estabelecimento de consensos sociais, no desenvolvimento dos processos de interacção e no próprio devir do agir político. Neste caso, tornou-se essencial recorrer aos contributos de Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin, nos quais se vislumbram, apesar das suas caracterizações negativistas, poderosas intuições teóricas relacionadas com o devir concreto dos *media*. Simultaneamente, observou-se a importância dada aos *media* na constituição do agir democrático por uma tradição que incluiu autores como Tocqueville, Dewey, Habermas, Stuart Hall, Ferry e Thompson. O tema da identidade e da fragmentação do espaço público surge como nó orientador fundamental, justamente pelas interpelações e questões que coloca ao próprio devir do espaço público.

Do contributo da Escola de Frankfurt recolheu-se a afirmação de necessidade de um olhar crítico sobre um mundo crescentemente alienado. A Teoria Crítica, de Adorno e Horkheimer, surge como defesa da reflexividade no pensamento, contra a exaltação positivista do facto, juntando o conhecimento científico dos factos sociais à reflexão

filosófica.²⁵ Assim, tem por ponto de partida não apenas a oposição às patologias sociais mas às formas de pensamento que legitimam as sociedades que ostentam essas patologias.²⁶

A Escola de Frankfurt desenvolveu um pensamento crítico da razão, ela própria olhada, já não como um factor de eman-

²⁵ Cfr. Jay Bernstein, “Critical theory - the very idea” in J. Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, London, Routledge, 1994, p. 18. No mesmo sentido, G. Therborn destaca do texto fundador de Horkheimer sobre a Teoria Crítica a sua insistência na crítica à ciência dominante, um libelo fundamental contra o capitalismo e um compromisso com a luta por uma sociedade livre, que todavia se excusa a identificar com qualquer modelo específico. Em qualquer dos casos, o que ressalta é uma defesa da tradição filosófica que se traduz no que considera ser a “dupla redução da ciência e da política à filosofia.” Cfr. Göran Therborn, “The Frankfurt School” in J. Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, *op. cit.*, p. 68.

²⁶ O que preocupa Horkheimer é a identificação levada a efeito entre um certo entendimento da ciência e o desprezo a que, na sua perspectiva, é votada a filosofia e toda a atitude crítica Cfr. Max Horkheimer, *Théorie traditionnelle et théorie critique*, Paris, Gallimard, 1974, pp. 26-28; p. 81. Por oposição ao positivismo, defende-se uma teoria dialéctica, na qual os factos individuais sempre apareçam em conexão e que procure definir a realidade na sua totalidade. A rejeição do empirismo e do positivismo ocupa um lugar proeminente, sendo de destacar o papel desempenhado pela denúncia crescente da racionalidade instrumental e tecnológica, enquanto nova forma de dominação. A redução do mundo a um simples objecto de exploração técnica pode ser relacionada com uma evolução no método das Ciências Sociais que se traduz no empirismo total no tratamento dos conceitos Cfr. Herbert Marcuse, *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 33. Considera-se, no mesmo sentido, que a moderna consciência científica é a principal fonte de declínio cultural através do qual a humanidade entrou numa nova era de barbárie. Cfr. Theodor Adorno e M. Horkheimer, *Dialectic of enlightenment*, London, Verso, 1995, p. 4.

cipação do homem, mas como uma componente da sua dominação, enquanto integralmente identificada com a racionalidade meios-fins.²⁷ A relação entre administração e cultura é um tema recorrente, típico do criticismo cultural desta posição teórica que viu, com excepção de Benjamin, na capacidade de conformação da indústria cultural - designadamente no seu populismo intrínseco - uma força ao serviço do triunfo da unidimensionalidade. A diversidade de produtos culturais é apenas aparente e não põe em causa a uniformização da existência individual. “A indústria cultural a tudo imprime o selo da identidade.”²⁸

A reflexão sobre a linguagem e, em especial, sobre a linguagem praticada na indústria cultural, inscreve-se no modelo de análise social que enfatiza a anulação de todas as contradições, em resultado da reificação das estruturas sociais. Desde o pós-guerra, adensa-se em torno da Escola de Frankfurt um pessimismo descrente das possibilidades emancipatórias, o qual se traduz na insistência no universo individual como sendo a única instância possível de exercício da negatividade e de resistência ao universo administrado. Torna-se visível, pese embora a lucidez dos diagnósticos acerca da relação entre totalitarismo e racionalidade, o avolumar de aporias e de impasses que conduzem a Te-

oria Crítica à incapacidade de compreender as possibilidades normativas do Estado de Direito e de identificar os eventuais protagonistas do exercício de uma prática de cidadania. Esta evolução é a consequência de uma crença inabalável no devir fatalmente instrumental (e consequentemente totalitário) da racionalidade finalista enquanto desenvolvimento extremado da análise weberiana.²⁹

À crítica impressionista feita a partir de critérios elitistas consolidados em volta de uma idealização da “kultur”, os autores da Teoria Crítica acrescentaram um diagnóstico vivo sobre as relações entre uma certa leitura instrumental da racionalidade, a indústria cultural e a linguagem que lhe está associada. O seu principal equívoco foi o de terem identificado essa leitura da razão com a razão no seu todo³⁰, deduzindo de uma po-

²⁹ Um dos textos mais precisos que cotejamos sobre a influência de Max Weber na Escola de Frankfurt é o de Seyla Benhabib, “Modernity and the aporias of critical theory”, in J. Bernstein, (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, *op. cit.*, pp. 115-131. Segundo a autora, Horkheimer, Adorno e Marcuse, rejeitando a ambivalência de Max Weber, tomaram a perda de sentido e de liberdade resultante da racionalização como uma realidade sócio-histórica, e apropriaram-se do conceito de racionalidade meio-fins e da emergência das burocracias para concluir que o racionalismo conduziu à reificação generalizada das estruturas sociais.

³⁰ A partir de um dado momento, assistimos à condenação generalizada do Iluminismo. “Apesar das suas pretensões diametralmente opostas, o Nacional Socialismo tem mais em comum com a Revolução Francesa do que é geralmente assumido.” T. Adorno, *The stars down to the earth an other essays on the irrational in culture*, London, Routledge, 1994, p. 142. Para Adorno, o interesse do século XVIII pela liberdade é contraditório: “opõe-se à antiga opressão e favorece a nova que está escondida no coração do próprio princípio racional.” T. Adorno, *Dialectique négative*, Paris, Payot, 1992, p. 169.

²⁷ Neste sentido, descobre-se na filiação da Escola de Frankfurt, em especial em Adorno e Horkheimer, a recorrência do tema weberiano do desencantamento do mundo, traduzido na observação de um universo social onde predomina a acção centrada na escolha dos meios mais adequados à obtenção de fins, independentemente da sua avaliação. Sobre esta tradição do pensamento alemão ver também G. Therborn, “The Frankfurt School”, Vol. I, *op. cit.*, pp. 68-70.

²⁸ T.W. Adorno e M. Horkheimer, *Dialectic of enlightenment*, *op. cit.*, p. 121.

sição filosófica uma teoria social e da cultura que se afigura como totalizante, pouco atenta às contradições e às possibilidades de transgressão que as sociedades complexas, obviamente, possuem.

“O modo de pensar administrativo”, diz Adorno, “tornou-se o modelo de toda uma forma de pensar que ainda se acredita livre.”³¹ No limite, este pensamento redundou numa melancolia expressa em derivas estéticas e religiosas.³² O que subsiste são algumas intuições de grande fôlego teórico no que respeita à fundamentação filosófica do processo de racionalização e às relações que este estabelece com os diferentes mecanismos de socialização, designadamente a indústria cultural.

Outra tradição teórica, de natureza crítica, mas de especificidades bem definidas, é a de Foucault, especialmente importante pela análise das relações que, minuciosamente, estabelece entre linguagem, poder e dominação. Existe de comum à Escola de Frankfurt e a Foucault uma insistência no caminho da crítica à racionalidade emergente com o Iluminismo que sugere uma certa convergência de interesses susceptível de ser mobilizada para o estudo do nosso objecto. Simultaneamente, em ambas encontramos resquícios de um certo determinismo que se apresenta numa certa inutilidade da recusa e da transgressão em face da omnipresença do poder

e do “sistema”³³. É aí que tem sentido falar, a propósito de Foucault, no “balanceamento entre o positivismo e a crítica”. Do lado do positivismo, entendido como “contabilidade exaustiva das técnicas de dominação”, encontra-se a rejeição de qualquer possibilidade emancipatória e a desconsideração das potencialidades normativas das preten-

³¹ T. Adorno, *Dialéctique négative*, op. cit., p. 32.

³² Rolf Wiggershaus comenta a propósito que as obras máximas de Adorno significam uma renúncia a toda a teoria global: “As distorções da realidade social impõem-se de tal modo à teoria da sociedade com uma força tal que ela não pode mais do que constatar a sua existência sem aspirar a constituir-se como um saber isento dessas distorções.” Ralf Wiggershaus, *L'école de Francfort*, Paris, PUF, 1993, p. xvii.

³³ M. Foucault fará associações explícitas entre o seu trabalho e o da Escola de Frankfurt. Esta associação manifesta-se em *Vigiar e punir*, através do elogio a Otto Kirchheimer, e tem continuidade em diversos textos. M. Foucault acabaria mesmo por admitir uma semelhança de preocupações com os teóricos da Escola de Frankfurt: “Neste momento, compreendo que os representantes da Escola de Frankfurt esforçaram-se por afirmar, mais cedo que eu, as coisas que eu me esforcei por sustentar anos depois (...) Quanto a mim os filósofos dessa Escola puseram problemas que ainda permanecem: especialmente, os efeitos de poder relacionados com uma racionalidade que se definiu geograficamente no Ocidente, historicamente a partir do Século XVI”. Daniel Trombadori, “Entretien avec M. Foucault” in *Dits et écrits* (1984-1988), vol.4, Paris, Gallimard, 1994, p. 73. Finalmente, A. Honneth é um dos autores que melhor recenseou esta proximidade: “Em Adorno e Horkheimer, como em Foucault, é arrancado o véu que encobriu o processo da civilização, com a fé no progresso e no optimismo racionalista, para mostrar sem ilusão o “destino do corpo”: os actos silenciosos que reduzem o corpo à escravidão, que o mutilam. Actos nos quais Adorno e Horkheimer reconhecem “a história oculta da Europa”, e que Foucault reconheceu nos constrangimentos disciplinares que são impostos quotidianamente ao corpo, no seu perfeito adestramento.” Axel Honneth, “Foucault e Adorno, duas formas de crítica da modernidade”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 19, M. Foucault: uma analítica da experiência, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 171. Nessa medida, quando a teoria do conhecimento dá lugar à teoria do poder, o trabalho de Foucault “move-se no território até aí habitado pela Escola de Frankfurt.” A. Honneth, *The critique of power - reflexive stages in a critical social theory*, Cambridge, MIT Press, 1997, p. 153.

sões de validade que integram o jogo do poder.³⁴ Do lado dos que identificam em Foucault uma relativa continuidade com a crítica, haverá a contabilizar a sua filiação explícita nessa tradição, expressa em entrevistas e textos³⁵, para além de diversos escritos que evidenciam uma aspiração crítica apenas esboçada, mas firmemente explicitada³⁶.

A compreensão crítica dos mecanismos linguísticos e da sua importância na socialização e na estruturação da experiência irá passar, ainda, por alguns empreendimentos fundamentais, entre os quais merecem especial realce o Interaccionismo Simbólico, a Fenomenologia e a Hermenêutica.

No que respeita à Hermenêutica, o que dela merece destaque é a tradição que formulou a ideia de “*Verstehen*” por oposição à de

“*Ecklaren*”. Com a “compreensão”, Dilthey procurou no fundo conferir um estatuto epistemológico próprio às ciências do espírito respondendo à pergunta acerca da sua possibilidade.³⁷ Os fenómenos originados pela mente pressupõem um processo de reciprocidade em que cada um compreende a acção de outro porque se entende a si próprio e à experiência vivida de si. Com o método que se procura fundar para as Ciências do Espírito, *Geisteswissenschaften*, pretende-se “dar relevo ao conhecimento que os homens tem de si e da história.”³⁸

Este tipo de análise não é necessariamente incompatível com uma teoria crítica na medida em que se entenda que a inovação e o questionar das alternativas possíveis para o destino do homem, pressupõem, elas mesmas, uma consciência do mundo a que se pertence. Ao analisar a intercompreensão inerente à “actividade comunicacional”, Habermas considera que a hermenêutica contribuiu para a introdução de um elemento que faltava à análise da linguagem: a historicidade³⁹. Todavia, não deixa de alertar para o facto de que, o que se oferece como preexistente e fundado pode tornar-se um contexto

³⁴ Cfr. João Pissarra Esteves, “Poder e subjectividade” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 19, *op. cit.*, p. 152.

³⁵ Cfr. M. Foucault, “What is enlightenment?”, in Paul Rabinow (Ed.), *Foucault reader*, New York, Pantheon, 1984. Aqui se assume a reflexividade do projecto kantiano, afirmando que no opúsculo sobre o Iluminismo se traça uma perspectiva que reconhece a “contingência que fez de nós o que somos” (*Ibid.*, p. 46); ou ainda M. Foucault, “The art of telling the true” in Michael Kelly (Ed.), *Critique and power - Recasting the Foucault/Habermas debate*, Cambridge, MIT Press, 1998, texto que culmina no reconhecimento da filiação do autor num pensamento crítico que tomará a forma de “uma ontologia de nós próprios, uma ontologia do presente”, que se interroga sobre “o campo presente das nossas experiências possíveis”. Para Foucault, em suma “é esta forma de filosofia que, desde Hegel, passando por Nietzsche e Max Weber, até à Escola de Frankfurt, fundou uma forma de reflexão no interior da qual tenho tentado trabalhar.” *Ibid.*, p. 148.

³⁶ Ver, por exemplo, M. Foucault, “Two lectures”, in M. Kelly, (Ed.), *Critique and power - recasting the Foucault/Habermas debate*, *op. cit.*, p. 4, onde se esboça a possibilidade de uma nova forma de Direito, “libertado do princípio da soberania.”

³⁷ “O problema da compreensão do homem era para Dilthey um problema de recuperação de consciência da historicidade da nossa própria experiência”. Richard Palmer, *Hermenêutica*, Lisboa, Edições 70, p. 105.

³⁸ *Ibid.*, p. 37. Importa aduzir que este será o caminho percorrido por Max Weber na fundamentação de uma sociologia compreensiva. A compreensão surge como a captação interpretativa do sentido ou conexão de sentido subjacente a uma determinada acção. Cfr. Max Weber, *Economia y sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1989, p. 9.

³⁹ Cfr. J. Habermas, “A pretensão de universalidade da hermenêutica” in J. Habermas, *Dialéctica e hermenêutica: para uma crítica da hermenêutica de Gadamer*, Porto Alegre, L&PM, 1987, p. 35.

de dominação assente na pseudo comunicação⁴⁰.

Evitando concepções do mundo que parecem sustentar uma hipostasiação da tradição, entendida como lugar de consenso inquestionável, Paul Ricoeur tentou uma resolução dialéctica, sustentando que a hermenêutica e a crítica da ideologia necessitam uma da outra. O projecto de reinterpretação do passado e o projecto utópico da emancipação, quando artificialmente separados, assumem, cada um na sua perspectiva, um carácter ideológico. Por um lado, ao experimentar as interpretações possíveis que lhe permitem perceber a situação em que se encontra, o actor tem de se manter num estado de distanciamento, o que lhe permite rever as suas ilusões e preconceitos. Por outro lado, o interesse pela emancipação tem que recorrer ao legado cultural.⁴¹ O conceito de distanciação surge,

⁴⁰ Cfr. *Ibid*, p. 68. É extremamente significativo o modo como Mark Hunyadi, num texto distante da perspectiva habermasiana, faz a seguinte apreciação: “Identifica-se frequentemente o carácter pós-convenicional da identidade correspondente ao modelo deontológico a uma operação de tábua rasa cultural (...) denunciando a ficção de um sujeito que viria ao mundo, rejeitaria soberanamente tudo o que lhe havia sido transmitido pela educação e pela cultura para construir com os seus congéneres normas *ex nihilo*. Não há evidentemente nada disso em Habermas que faz questão em sublinhar sempre que *o actor é ao mesmo tempo produto das tradições nas quais ele se situa, de grupos de solidariedade aos quais pertence e de processos de socialização nos quais crê*.” Cfr. Mark Hunyadi, “Entre je et Dieu: nous”, in *Hermès*, n.º 10, Paris, CNRS, 1992, p. 143.

⁴¹ Paul Ricoeur apresenta o seu cartão de identidade filosófico assinalando três traços fundamentais: a filiação na linha de uma filosofia reflexiva; a permanência na área de influência da fenomenologia husserliana; a identificação com uma variante hermenêutica da fenomenologia husserliana. O primeiro traço diz respeito ao modo de pensamento proveniente do co-

assim, apresentado como “o correlativo dialéctico da pertença”⁴².

Frente a modelos que reivindicam um “esclarecimento total”, a hermenêutica insurge-se contra a total transparência no uso da razão, defendendo um diálogo do homem no mundo que supõe o exercício de uma racionalidade situada. O abstencionismo e o crescimento do desinteresse, como efeitos perversos de um espaço mediatizado que não tenha em conta a dimensão comunitária da vivência dos cidadãos, são os sintomas de uma situação em que os mecanismos de mediação não asseguram mais do que a difusão do simulacro de uma verdadeira interacção. A insistência numa ideia de comunidade que não implicasse, por seu lado, um certo distanciamento, tornar-se-ia, nas modernas condições de diferenciação que caracterizam as sociedades complexas, num insuportável contexto de dominação. Baseados no pensamento hermenêutico é possível olhar conceitos como

gito cartesiano e de Kant, e insiste na reflexão como um acto de retorno a si próprio. Esta forma de reflexão, reconhece Ricoeur, prende-se com o desejo de uma transparência absoluta e de absoluta coincidência consigo mesmo que a Fenomenologia e a Hermenêutica - os outros dois traços invocados - transferem para um horizonte mais longínquo. Com efeito, na Fenomenologia, aonde vislumbra uma auto-fundação radical na mais completa clareza intelectual, Ricoeur intui que a consciência de alguma coisa - a intencionalidade - acaba por primar sobre a consciência de si. Finalmente, na Hermenêutica, o tema do *Lebenswelt* acaba por assumir uma importância central, graças à qual a redução fenomenológica se torna um gesto filosófico segundo que se traduz no distanciamento e no esquecer do enraizamento primeiro do compreender. Ricoeur concebe deste modo uma abordagem teórica que assenta na dialéctica entre a distância e a pertença. Cfr. P.Ricoeur, *Do Texto à acção*, Porto, Rés Editora, s/d pp. 37-40.

⁴²

Ibid., p. 61.

os de democracia, espaço público e opinião pública, articulando-os com os de tradição e comunidade. A noção de cidadão implica um compromisso com a comunidade, a qual já não o deixa, de todo, entregue a uma opinião pública desencarnada. Há uma espécie de pertença constitutiva que só possibilita a afirmação da diferença no interior de um horizonte de reconhecimento garantido pela comunidade: dito de outro modo, é impossível pensar o eu sem uma ideia de nós. A comunidade não adquire a sua condição política a não ser na condição de uma abertura que interdita a ela própria a possibilidade de se fechar em si ⁴³.

Na Fenomenologia Social, dá-se realce à crença de que o homem não foge à sociabilidade, pois está mergulhado nas regras de conduta que partilha no mundo da interacção quotidiana. Numa releitura do pensamento de Husserl, a Fenomenologia Social introduziu o conceito de atitude natural entendida como forma pela qual os actantes e agentes sociais intervêm no mundo das expectativas quotidianas de uma maneira ingénua e acrítica, recorrendo aos conhecimentos adquiridos na vida prática. ⁴⁴ Esta atitude implica a existência de dois modos de idealização: a primeira, segundo a qual “assim será”, pela qual aquilo que se revelou válido através da experiência permanecerá válido no futuro; e, a segunda, “podemos fazê-lo outra vez”, segundo a qual o que foi susceptível de ser conseguido através de um modo de agir, po-

derá ser conseguido no futuro através de um modo de agir semelhante ⁴⁵.

Nesta perspectiva, a realidade só se pode entender estabilizada na sua identidade, graças à “reciprocidade de expectativas”, de acordo com a qual os actores chegam a um entendimento intersubjectivo em que colocam entre parênteses as suas diferenças de experiências para as considerar como idênticas. Cada uma das pessoas envolvidas lida com a característica de uma dada situação raciocinando como se ela estivesse no lugar da outra pessoa, viveria a situação comum da perspectiva de outrem e vice-versa. De modo mais ou menos ingénua acredita-se que aquilo que faz sentido para cada um de nós faz sentido para todos os outros. De modo idêntico, parte-se do princípio que os meus actos dirigidos aos restantes serão entendidos do mesmo modo que os actos dos restantes dirigidos a mim ⁴⁶.

Desta forma, “os fenómenos em si são tomados como pressupostos. O ser humano, simplesmente, é considerado um ser social, a língua e outros sistemas de comunicações existem, a vida consciente dos outros é acessível a mim – enfim, posso entender o outro e seus actos e ele pode entender-me e aos meus feitos. E o mesmo é verdade para os chamados objectos sociais e culturais, criados pelo ser humano. São pressupostos e tem o seu significado e modos de ser específicos.” ⁴⁷ O trabalho de Schutz deixou aberto o caminho para um conjunto de possibilidades no seio da análise dos processos de medi-

⁴³ Cfr. *Ibid.*, p. 256. Nessa medida, a razão prática é uma tentativa de restaurar uma dialéctica recíproca entre a liberdade e as instituições.

⁴⁴ Cfr. Aron Gurwitsch, “Introduction”, *op. cit.*, p. xii.

⁴⁵ Cfr. A. Schutz, “Some structures of the life-world”, in *Collected papers*, vol. III, *op. cit.*, p. 116.

⁴⁶ Cfr. A. Schutz, “Social world and social action” in *Collected papers*, vol. II, *op. cit.*, p. 15.

⁴⁷ A. Schutz, “Bases da fenomenologia”, *op. cit.*, p. 56.

ação. A teoria da comunicação na vida quotidiana prolonga-se na análise da importância dos *media* na formação da atitude natural e do conhecimento intersubjectivamente partilhado, levantando questões que são de interesse central, como sejam a da sintonia dos *media* com as regularidades sociais, que constitui um elemento característico da sua discursividade sobre o mundo⁴⁸.

O Interaccionismo Simbólico insere-se numa tradição que relaciona a comunicação com os processos de sociabilidade⁴⁹, abrindo caminho a uma teoria sobre as relações entre a comunicação e o agir colectivo, designadamente no campo da política. Esta corrente tem por principal objecto a interacção, referida como acção social que se caracteriza por uma orientação imediatamente recíproca. O desenvolvimento do *self* é descrito como resultado das relações que o indivíduo desenvolve com a totalidade dos processos sociais e com os outros indivíduos que estão com ele implicados: “o conteúdo do espírito não é senão produto de uma interacção social.”⁵⁰ O indivíduo não se entende a si pró-

⁴⁸ Veja-se aliás o caminho afluído por G. Tuchman nesse sentido em *Making news*, pp. 182 e seguintes. A autora tenta mesmo um esboço de aplicação que passa pelo papel dos *media* na construção de um conjunto de convicções comuns que integram a atitude natural perante o mundo social. Cfr. G. Tuchman, *Making news*, *op. cit.*, pp. 186-187.

⁴⁹ George Herbert Mead começa *Mind, self and society* com uma afirmação que não deixa dúvidas: “A perspectiva que eu pretendo sugerir é a de lidar com a experiência do ponto de vista da sociedade, ou pelo menos do ponto de vista da comunicação como essencial para a ordem social.” G.H. Mead, *Mind, self and society*, Chicago, The Chicago University Press, 1969, p. 1.

⁵⁰ Nesta perspectiva, “o comportamento do indivíduo só pode ser entendido em termos do grupo social de que ele é membro, uma vez que os seus actos in-

prio, a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente envolvidos. A constituição do *Self*, na posição de Mead, pressupõe a consideração de um “outro generalizado”,⁵¹ isto é, a percepção de si enquanto membro de uma equipa ou de uma comunidade⁵². Aponta-se, assim, para uma relação profunda entre o desenvolvimento humano e a vivência comunitária, no qual a comunicação desempenha um papel estruturante: “aprender a ser humano é desenvolver, através do dar e receber da comunicação, o sentido de ser um membro individualmente distinto da comunidade.”⁵³

4 Linguagem e teoria crítica

A formulação crítica de Jürgen Habermas surge, finalmente, como referência essencial onde confluem as inquietações e perplexidades desencadeadas pelas diversas correntes já nomeadas. O pensamento de Habermas posiciona-se entre a crítica da modernidade e a afirmação dessa modernidade como um projecto ainda susceptível de ser cumprido. Esta tensão atravessa todo o seu trabalho, desde as primeiras obras sobre a esfera pública e o positivismo até ao recente desenvolvimento de uma teoria do discurso que

dividuais estão envolvidos em actos sociais de maior alcance que vão além dele próprio e que implicam os outros membros do grupo.” *Ibid.*, pp. 6-7.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 152-154.

⁵² “O *self* é qualquer coisa que tem um desenvolvimento; não está inicialmente lá, quando se nasce, mas cresce durante o processo de experiência social (...) isto é, desenvolve-se como resultado das suas relações com outros indivíduos” *Ibid.*, p. 135.

⁵³ John Dewey, *The public and its problems*, Hathiens, Swallow Press e OhioUniversity Press, 1987, p. 154.

tem implícita a aceitação do consenso argumentativamente fundado. A sua relação com a Teoria Crítica mantém-se no que diz respeito à defesa do projecto moderno e de um conceito de razão que mantenha incólume o interesse emancipatório.

A aproximação entre uma teoria da acção (fundada nas sociologias interpretativas) e a filosofia da linguagem parece-nos ser o elemento fundamental da obra de Habermas, uma vez que abre o caminho da relevância política e ética das interações sociais levadas a efeito no mundo da vida quotidiana. A insistência na força comunicacional e crítica da linguagem é um elemento profícuo no que respeita à definição de um ponto de fuga à exaltação da ordem que se faz sentir na racionalidade do tipo sistémico, já que a linguagem dificilmente nega, unilateralmente, a vocação de reflexividade e de alteridade que persiste, de cada vez, no lugar onde ela própria parecia ter instaurado um novo ponto de fechamento. A obra de Habermas insiste, assim, na força crítica da linguagem em torno da categoria do acordo como modelo de coordenação das interações sociais, e da racionalidade comunicacional como modelo alternativo à racionalidade instrumental⁵⁴. Parte-se da ideia de que um sujeito solitário concebido na filosofia da consciência apenas pode conduzir a uma relação instrumental com o mundo. Pelo contrário, a compreensão do papel da linguagem é a trave mestra de uma teoria que visa identificar uma racionalidade que mantenha o in-

⁵⁴ Para encontrar uma definição clássica dessa alternativa ver J. Habermas, *Ciência e técnica como "ideologia"*, *op. cit.*, pp. 57-58. Podemos aí encontrar o momento em que Habermas desenvolve dois conceitos diversos de racionalidade relacionados a duas formas de acção: trabalho e interacção.

teresse emancipatório, pois o uso da linguagem com vista ao entendimento com outrem é, ao contrário do carácter secundário do uso instrumental, o modo original do seu uso.

Habermas, mais recentemente, transpõe as questões filosóficas para o plano do funcionamento do Estado de Direito, procurando responder ao problema da legitimidade da lei e articulando-a com o modo de deliberação democrática. Nesse sentido, procura pensar as modernas normas legais como tendo uma base racional que torna possível às pessoas aceitá-las como legítimas e merecedoras de obediência⁵⁵. É preciso recorrer a uma concepção de Estado de Direito em que se considere que os indivíduos possam racionalmente assentar na existência de constrangimentos de natureza legal, desde que a própria lei assegure a autonomia dos que estão a ela sujeitos. Pelo menos uma parte das leis que regulam a actividade institucional do Estado é legitimada pelas práticas discursivas racionais dos seus destinatários e representantes, implicando mecanismos de formação de vontade e da opinião pública, que emergem do espaço público como instância autónoma de dinamização da sociedade civil. A lei é vista como o mecanismo que autoriza e possibilita a transformação do poder comunicativo em poder administrativo⁵⁶, desde que integre o assentimento racional formado pelo debate livre nas instâncias de formação de opinião. Há assim uma tentativa para transferir uma concepção processualista da ética para a política democrática, reconhecendo que esta se encontra, por um lado, sujeita a mecanismos burocráticos

⁵⁵ Cfr. J. Habermas, *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press, 1996, p. xxv.

⁵⁶ Cfr. *Ibid.*, p. 168.

de decisão que escapam ao controlo democrático e, por outro, à força dos ideais democráticos de deliberação assumidos pelos destinatários como participantes comprometidos num exercício de cidadania. Habermas mostra-se, desta forma, preocupado em atribuir uma considerável responsabilidade normativa ao processo democrático que se desenrola nos fóruns públicos, nas associações informais e nos movimentos sociais.

A posição de Habermas enfrenta dificuldades que emergem do papel da linguagem, da relação entre liberdade e racionalidade, das noções de consenso, de agir comunicacional e do carácter processualista das suas reflexões éticas e políticas. Como será visto no capítulo III, são numerosos os autores que lhe censuram o formalismo e o processualismo da ética e filosofia política apresentadas nos seus últimos trabalhos.

Com efeito, para além da desconfiança generalizada em relação ao papel da linguagem e à relação, que lhe é atribuída, com o modo de vida emancipado, receia-se que um modelo político meramente processualista semelhante ao proposto por Habermas possa ser acusado de ser incapaz de proceder a uma mobilização dos indivíduos, no sentido de os fazer superar os modelos ego-cêntricos de vida em que se encontram envolvidos. A insistência na linguagem, ao possibilitar a construção de uma teoria centrada na ideia de um consenso racional fundado argumentativamente num debate onde todos possam participar em condições de igualdade e reciprocidade, gerou a suspeita de uma idealização da política. O corolário seria uma concepção formalista do Estado Constitucional onde o simples respeito pela norma encontrar-se-ia impotente para proceder à mobilização dos cidadãos e poderia,

quando muito, conduzir a uma relação instrumental com o Outro em que os sujeitos se demitem da sua cidadania para recorrer a instâncias judiciais a fim de fazerem valer os seus direitos⁵⁷. A resposta passa, decerto, pela fundação de uma comunidade política onde vigore o agir moderno. Porém, a mobilização dos cidadãos para esta prática democrática tem que se apoiar em algo mais do que em princípios que dizem respeito à racionalidade. Assim carece da existência de um objectivo democrático comum que mobilize a sociedade política⁵⁸. Todavia, também carece dos princípios que permitem a organização do discurso de uma forma que impeça a vivência comunitária de escapar à sua própria reflexividade, condição para uma vivência política moderna e um agir livre.

No que respeita, finalmente, ao devir concreto dos *media*, ter-se-á em especial atenção um conjunto de estudos feitos na área do jornalismo e que têm em conta as noções de tipificação e de construção social da realidade, na perspectiva designadamente dos compromissos sociais e dos consensos. Abordar-se-ão os trabalhos de um conjunto de estudiosos (Miguel Alsina, Dader Garcia, Enric Saperas, Grossi, Michael Schudson, Nelson Traquina, James Curran, Michael Gurevich, Dennis McQuail, Stuart Hall, Ferry, Styron, Gaye Tuchman) que abordam o tema das relações entre o jornalismo e a política, nomeadamente aplicando aos *media* aspectos teóricos apenas vislumbrados noutros domínios do pensamento. Nesse plano, os *media* em geral, e o jornalismo informativo em particular, surgem pensados no âmbito mais vasto

⁵⁷ Ver, nesta linha, Charles Taylor, *The ethics of authenticity*, Cambridge e London, Harvard University Press, 1992, pp. 112-113.

⁵⁸ Cfr. *Ibid.*, p. 117.

de uma reflexão sobre a cultura e as relações com a sociedade: a cultura é claramente produzida com vista ao estabelecimento de um significado que imponha a ordem no mundo. Podem-se pensar por exemplo, o trabalho de Miguel Alcina, Ericson, ou Enric Saperas onde se reflecte sobre a construção das notícias, segundo um modelo que tem um importante sustentáculo teórico em Alfred Schutz; as reflexões de Gaye Tuchman nas quais se repercute também o pensamento da Fenomenologia Social; as hipóteses adiantadas entre nós por Nelson Traquina e que incluem um lastro conceptual inspirado em Erving Goffman, as preocupações que Dader García revela influenciadas pela Teoria Crítica e pela Hermenêutica, a atenção de James Curran em relação ao contributo desenvolvido por uma parte da teoria crítica.

Ao tomar-se a comunicação como o nó gordio de uma interpelação sobre as questões do controlo social, pretende-se, afinal, descobrir acima de tudo, que tipo de interacção existe entre os públicos e os *media* e entre os membros do público entre si, designadamente no que respeita à articulação entre vivência pessoal e cidadania colectiva. Feito o diagnóstico do percurso empreendido pela imprensa de massa, o caminho passa por demonstrar a pluralidade de racionalidades que se cruzam no seio da indústria mediática e que, como tal, não permitem que se considere estar diante de um processo definitivo de fechamento, confrontando-nos por isso com opções éticas e políticas que não permitem respostas unilaterais. Este caminho passa por uma insistência particular na fragmentação cultural recentemente sentida no universo social e político ocidental, resultante da emergência das identidades e da forte pressão exercida por um conjunto de

pretensões de validade que ressuscitam os particularismos e o reconhecimento das diferenças específicas.

Este trabalho procurará, assim, reconhecer a ambiguidade constitutiva resultante das novas modificações estruturais que se verificam no espaço público. De um lado, verifica-se a concentração da propriedade, o aumento da desigualdade no acesso à informação, a generalização do *infortainment*. Por outro lado, surgem as potencialidades desencadeadas pela generalização do uso de meios de comunicação personalizados e a consequente possibilidade de proliferação de articulações complexas de canais horizontais e verticais entre grupos, indivíduos e instâncias de poder.

O que se ambiciona é, no plano da indústria mediática, a tentativa de pensar formas alternativas de comunicação que privilegiem uma relação dinâmica com os públicos, aberta à crítica e à partilha de saberes, ao confronto de opiniões e de argumentos, à pluralidade de discursos, por oposição ao paradigma constituído pela comunicação de massa. No caso particular da produção de informação, espera-se perscrutar, nesta análise, traços distintivos das novas formas de mediação que passem pela recusa da inércia social e da uniformização das atitudes. Estes traços distintivos poderão, eventualmente, implicar a formação, enfim, de uma opinião pública que tenha em conta as diversas instâncias críticas de legitimação das acções e enunciados produzidos pelos diferentes poderes, no decurso da intervenção cada vez mais diversificada dos movimentos sociais no interior de sociedades que se caracterizam pela pluralidade de valores e visões da vida.